

## SUMÁRIO

<i>Prefácio</i> .....	9
<i>Introdução</i> .....	11
I – Processo penal e Constituição .....	13
1.1 Preliminares .....	13
1.2 Breve histórico .....	13
1.3 Invalidade das interceptações efetuadas antes da Lei n. 9.296/96 ..	17
1.4 Abordagem contextual da Lei n. 9.296/96 ..	21
II – A Lei de Interceptações Telefônicas (Lei n. 9.296/96) .....	29
2.1 Art. 1º .....	29
a) Alguns conceitos básicos ..	29
b) Gravações clandestinas e ambientais. Tutela constitucional da intimidade e os agentes públicos ..	31
c) Interceptação de comunicações telefônicas de qualquer natu- reza. Limite de conteúdo. Impossibilidade de realização contra advogado ..	40
d) Interceptação de comunicação telefônica de qualquer nature- za. Delimitação técnica ..	44
e) Sigilo dos registros telefônicos ..	46
f) Gravações, fotografias e filmagens envolvendo imagens e sons em ambientes públicos e privados ..	48
g) Objetivo legal das interceptações ..	49
g.1 Adequação do art. 1º da Lei n. 9.296/96 à Constituição Fe- deral e análise crítica da limitação da matéria ..	49
g.2 Prova em investigação criminal ..	52
g.3 Prova em instrução processual penal ..	56
g.4 A questão da “prova emprestada” ..	57
g.5 Provas ilícitas e ilicitude derivada ..	62
g.6 Prova ilícita <i>pro reo</i> ..	68
h) Ordem judicial ..	69
i) Segredo de justiça ..	75
j) Art. 1º, parágrafo único, e a questão da constitucionalidade ..	78
2.2 Art. 2º .....	84

a)	Redação negativa .....	85
b)	Hipóteses legais .....	86
b.1	Indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal .....	86
b.2	A prova puder ser feita por outros meios disponíveis .....	88
b.3	O fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção. ....	90
c)	O parágrafo único do art. 2º .....	95
c.1	Descrição da situação objeto de investigação e dos sujeitos passivos .....	95
c.2	O “encontro fortuito de outros fatos ou envolvidos” .....	97
2.3	Art. 3º .....	104
a)	Determinação pelo juiz. A determinação de ofício e o desrespeito ao sistema acusatório .....	104
b)	Legitimação para requerer .....	109
b.1	A autoridade policial .....	109
b.2	O Ministério Público .....	112
b.3	A velha celeuma do verbo “poder” na legislação brasileira ..	119
2.4	Art. 4º .....	122
a)	Requisitos do pedido de interceptação .....	122
b)	O Pedido verbal (art. 4º, § 1º) .....	124
c)	O prazo da decisão (art. 4º, § 2º) .....	127
2.5	Art. 5º .....	128
a)	Fundamentação e forma de execução .....	128
b)	O prazo de duração da interceptação telefônica e sua renovação	130
2.6	Art. 6º .....	134
2.7	Art. 7º .....	139
2.8	Art. 8º .....	140
a)	Autos apartados e sigilo .....	140
b)	Momento da apensação .....	141
2.9	Art. 9º .....	147
2.10	Art. 10 .....	152
a)	Evolução histórica .....	152
b)	Conceito e objetividade jurídica .....	153
c)	Sujeito ativo .....	154
d)	Sujeito passivo .....	155
e)	Tipo objetivo .....	155
f)	Tipo subjetivo .....	160

g) Consumação e tentativa .....	160
h) Pena e ação penal. ....	161
2.11 Art. 11. ....	162
2.12 Art. 12. ....	162
<i>Conclusão.</i> .....	163
<i>Referências</i> .....	165